



## O PAPEL DO PROFISSIONAL DA PEDAGOGIA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

## THE ROLE OF THE PEDAGOGY PROFESSIONAL IN INCLUSIVE EDUCATION

PEREIRA, Kátia Fernanda<sup>1</sup>

### RESUMO

A educação inclusiva é um direito garantido por lei a todos os sujeitos que possuem algum tipo de deficiência ou necessidade especial de aprendizagem, devendo estes terem acesso à educação de qualidade e livre de qualquer preconceito. Mesmo sendo um direito garantido na legislação, muitos desafios ainda se apresentam para que essa prática educativa inclusiva seja de fato efetivada no cotidiano escolar. Pensando no conceito e concepções que permeiam a educação inclusiva e o papel do professor nesse processo, surge algumas questões relevantes a serem pensadas e discutidas ao longo desse estudo: como o professor pode contribuir para a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade? Quais os desafios que ainda persistem e dificultam o pleno desenvolvimento da educação inclusiva na atualidade? Na busca de respostas para estes questionamentos, o presente trabalho tem como objetivo entender e apresentar o contexto do papel do professor na educação inclusiva, sua importância e significância no que diz respeito aos métodos utilizados no cotidiano escolar. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, realizada através de revisão de literatura, a partir de autores como Minetto (2008), Mantoan (2005) (2006), entre outros, através dos quais se percebe a importância e necessidade da educação inclusiva para os alunos com necessidades educacionais especiais e o quanto o professor tem um papel relevante para garantir que as leis sejam efetivas e garantam a participação de todos igualmente no ensino regular, fazendo com que as escolas busquem novos paradigmas de inclusão.

**Palavra chave:** Inclusão. Professor. Educação Inclusiva. Formação.

### ABSTRACT

Inclusive education is a right guaranteed by law to all subjects who have some type of disability or special learning need, and they must have access to quality education and free from any prejudice. Even though it is a right guaranteed in the legislation, many challenges still present themselves so that this inclusive educational practice is actually carried out in the school routine. Thinking about the concept and conceptions that permeate inclusive education and the role of the teacher in this process, some relevant questions arise to be thought and discussed throughout this study: how can the teacher contribute to the realization of a quality inclusive education? What are the challenges that still persist and hinder the full development of inclusive education today? In the

---

<sup>1</sup> Aluna da Insituição de Ensino FaSouza, do curso de Pós\_Graduação em Educação Especial. [kaferper@hotmail.com](mailto:kaferper@hotmail.com).

search for answers to these questions, the present work aims to understand and present the context of the teacher's role in inclusive education, its importance and significance with regard to the methods used in everyday school life. It is a bibliographical research, of a qualitative nature, carried out through a literature review, from authors such as Minetto (2008), Mantoan (2005) (2006), among others, through which the importance and necessity of the inclusive education for students with special educational needs and how much the teacher has a relevant role to ensure that laws are effective and guarantee the equal participation of all in regular education, making schools seek new paradigms of inclusion.

**Keywords:** Inclusion. Teacher. Inclusive education.

## 1. INTRODUÇÃO

No âmbito legal a questão da educação inclusiva de alunos com deficiências e/ou necessidades especiais de aprendizagem está bem fundamentada e amparada por diversas legislações que dão o respaldo necessário quanto a sua efetivação enquanto direito fundamental de toda e qualquer criança; já no campo teórico, grande maioria dos educadores está diante de um novo paradigma de educação, onde já não cabe metodologias tradicionais de ensino, onde o aluno é um mero receptor, sendo necessário conhecimentos e formação adequadas dos profissionais da educação para atender aos preceitos da educação inclusiva em sua totalidade.

Mesmo com todos amparos que garantem a educação inclusiva como direito, ainda é muito grande o distanciamento entre os preceitos legais /teóricos e a prática da inclusão no cotidiano escolar. Na tentativa de garantir a efetividade da educação inclusiva, o papel do professor é um dos pontos principais, uma vez que ele é o mediador de os conhecimentos que podem ser desenvolvidos dentro do ambiente escolar.

Ainda são muitos os desafios que se apresentam aos professores no processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais de aprendizagem, pois cabe a eles por em prática novas propostas de ensino e atuar com um olhar diferente voltado para esses alunos em sala de aula, buscando desenvolver em todos os mesmos preceitos e conhecimentos segundo as possibilidades de cada um.

Nesse sentido, o professor deve agir de modo a ser o agente facilitador do processo de ensino-aprendizagem, sendo capaz de provocar mudanças significativas que façam com os alunos se sintam de fato, incluídos no processo de aprender.

Considerando a importância do professor para o sucesso da educação inclusiva, os objetivos deste estudo são analisar e compreender as concepções acerca da educação inclusiva como o papel do professor e suas habilidades e formação podem influenciar no processo de ensino e de aprendizagem dos alunos especiais frente à educação inclusiva, mostrando o quanto sua atuação é relevante para que os alunos se desenvolvam de maneira eficaz e satisfatória.

Esta pesquisa é de cunho bibliográfico, realizada através da leitura de artigos, periódicos, revistas eletrônicas e pesquisas em sites sobre o tema aqui abordado. Entre os autores pesquisados e aqui apresentados estão: MANTOAN (2005), (2006); CARVALHO (2004); MINETTO (2008); GLAT (2009); LEITE (1999), entre alguns outros.

O texto está dividido em dois capítulos, a saber: 1. Contexto e perspectiva diante da Educação Inclusiva; e 2. O profissional da Pedagogia e a importância do seu papel na Educação Inclusiva. Ao longo de cada tópico serão discutidas questões relevantes que permeiam a educação inclusiva em suas diferentes concepções, mostrando como o professor tem um papel de suma importância para o sucesso da inclusão no ambiente escolar e social.

A conclusão leva a uma melhor compreensão sobre os aspectos relevantes acerca do importante papel do professor na educação inclusiva e de todas as informações apresentadas ao longo do texto relacionadas a importância das práticas educativas inclusivas no contexto atual.

## **2.CONTEXTO E PERSPECTIVA DIANTE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Quando se fala sobre a definição conceitual de educação inclusiva, diferentes respostas ficam em evidência, mas aqui parte-se do princípio que a educação inclusiva se refere especificamente a um direito de todos que se firma no atendimento educacional às pessoas que possuem deficiências ou necessidades especiais de

aprendizagem, devendo ser ofertada no ambiente escolar comum ou em grupos especializados.

A educação inclusiva está assegurada na Constituição Brasileira e Lei de Diretrizes e Bases (lei 9394/96), e cabe as escolas adequarem suas estruturas curriculares, físicas e pedagógicas para garantir o atendimento a esses alunos de forma plena e efetiva, proporcionando um processo de ensino aprendizagem significativo e inclusivo.

A educação inclusiva, não pode ser definida de maneira fechada e restrita, uma vez que ela simplesmente acontece de forma gradual, coletiva e colaborativa na busca de atender os alunos dentro de suas possibilidades e capacidades de aprendizagem, os beneficiando com diversas contribuições que se refletem não só na aprendizagem, mas também na sua formação integral enquanto sujeito social.

Nesse sentido, o termo inclusão, em muitos casos tem sido compreendido de forma errônea, sendo visto apenas do ponto de vista social como uma forma de apenas incluir as pessoas com deficiências sem modificar o ensino, bastando simplesmente colocar o aluno com necessidades especiais junto com demais alunos e ponto final. Mas esse conceito está totalmente incoerente, apesar de ainda acontecer muito nas escolas nos dias atuais.

De acordo com Sassaki (1998, p. 42):

A inclusão é antes de tudo, um processo de se autoanalisar, de procurar no outro o que ele tem a nos oferecer, a forma como vê a vida, as coisas e as pessoas. A inclusão social, portanto, é um processo que contribuiu para a construção de um novo tipo de sociedade por meio de transformações, pequenas ou grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também do próprio portador de necessidades especiais.

Corroborando com as ideias acima apresentadas supõe-se que, o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas. (KARAGIANIS; STAINBACK; STAINBACK, 1999).

Logo, não basta apenas incluir o aluno com necessidades educacionais especiais na classe regular nem desenvolver leis que garantem seu direito escolar de aprendizado em escolas regulares, é necessário criar estratégias organizadas e

plausíveis de serem desenvolvidas no cotidiano escolar, que possibilitem a estes alunos a construção de conhecimentos a partir de adaptações e adequações possíveis dentro da escola para que ele possa participar ativamente das ações propostas no cotidiano tendo seus limites respeitados por todos, só assim ele será de fato incluído no processo de ensino aprendizagem.

O Brasil teve um avanço significativo no processo de educação inclusiva a partir da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, que em consonância com a Constituição Federal passaram a garantir a todos os mesmos direitos, tanto no âmbito social quanto educacional. Esse foi um passo importante para que as escolas começassem a se organizar em buscar de garantir uma educação inclusiva para todos, independentemente de suas limitações, fossem estas físicas, mentais, sociais ou culturais.

Apesar das diversas leis e decretos que garantem a educação inclusiva no Brasil, no que tange a sua implementação, este ainda é um campo repleto de desafios, tanto para os alunos quanto para os professores, que na maioria das vezes não tem a formação adequada para atender as demandas exigidas pela educação inclusiva.

A educação inclusiva objetiva não somente colocar o aluno na sala de aula regular, mas lhe proporcionar condições de aprender de aprender e interagir de maneira plena e efetiva no ambiente escolar e social. Mas isso nem sempre acontece, pois a escola não foi suficientemente instruída para alcançar esse patamar, deixando a desejar na questão da ampla participação dos alunos durante as aulas, uma vez que as metodologias de ensino, a estrutura física da escola, a formação do professor e a disponibilidade não são adequadas para atender as necessidades apresentadas pelos alunos. Isso acaba levando o aluno a se adaptar a escola e suas normatizações e não o contrário.

De acordo com Sasaki (1998), educação inclusa implica especificamente em dar oportunidades iguais a todos os estudantes, incluindo aqueles com necessidades especiais, para que possam receber os serviços educacionais de forma plena e eficaz, e que tais serviços sejam capazes de auxiliar na preparação das pessoas para uma vida satisfatória na sociedade.

A educação inclusiva não se direciona apenas às pessoas com deficiência, mas

sim a todas as pessoas que sofrem e/ou enfrentam qualquer tipo de barreira que impedem sua plena participação em qualquer setor da sociedade, seja de acesso à escolarização, aos espaços de lazer, ao currículo escolar, entre tantos outros que acabam levando à exclusão social. De acordo com Carvalho (2004), promover uma educação inclusiva não significa oferecer educação de maneira igual para todos, mas sim oferecer a cada um, a educação que lhe é adequada, de acordo com seus interesses e necessidades.

Nesta perspectiva, a palavra que melhor se relaciona à educação inclusiva é equidade, pois implica em educar em conformidade com as diferenças individuais de cada um, sem manifestações de dificuldades que se configurem como impedimento à aprendizagem.

A inclusão se relaciona em primeiro lugar, com a aceitação de todas as crianças como pessoa única em suas diferenças, como seres humanos singulares com as mesmas capacidades de aprendizagem. As diferenças individuais existem entre todos os seres humanos, portanto, não se justifica segregar um grupo de pessoas como sendo especial, justamente porque possuem déficits sensoriais motores, intelectuais, afetivos ou comportamentais. Na realidade todas as pessoas possuem déficits e habilidades, devendo apenas serem incentivadas e estimuladas conforme suas habilidades e possibilidades de aprendizagem.

Mantoan, (2005, p. 24), ressalta que:

Inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro.

Sendo assim, percebe-se que inclusão é mais que estar no mesmo ambiente, diz respeito a socialização e interação do outro com o grupo, afim de desfrutar e compartilhar dos diversos conhecimentos e ensinamentos que as pessoas trazem consigo na sua singularidade.

As discussões sobre a necessidade e importância da Educação inclusiva para

a sociedade atual são relativamente recentes se comparada com o longo tempo da história da educação.

Segundo Kassar (2011), o marco inicial e oficial das discussões sobre a urgência de se implantar uma política da Educação Inclusiva teve início com a Declaração de Salamanca, assembleia que aconteceu na Espanha em 1994, onde encontravam-se representantes de 88 países e 25 organizações internacionais, que buscaram destacar de maneira mais explícita e abrangente sobre a importância e necessidade da inclusão num contexto mais amplo, já que a sociedade abrigada uma grande diversidade de indivíduos.

Especialmente no que se refere ao contexto escolar, a declaração (1994, p.6) ressalta que:

[...] as escolas se devem ajustar a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito, terão de incluir-se crianças com deficiência ou sobredotados, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais.

A partir desse marco diversos outros dispositivos legais foram criados a fim de garantir o acesso e permanência dos alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino, objetivando a educação inclusiva em sua totalidade. Apesar dos desafios ainda vigentes, muitas vitórias foram alcançadas se comparado o cenário atual com o de algumas décadas atrás, quando alunos especiais eram totalmente segregados e excluídos do processo de ensino.

A educação inclusiva é fruto de uma longa trajetória que tenta superar a segregação, exclusão e discriminação no contexto escolar e social, sendo, portanto, tarefa primordial e urgente da educação, uma vez que a diversidade em sala de aula é inevitável e simultaneamente indispensável porque não existe uma sala única e a cada ano conhecem-se alunos, com histórias de vida, realidade e problemas diferentes. (FALCÃO; SANCHES, 2016).

Sendo assim, a Educação Inclusiva visa transformar a educação tradicional e comum por meio de modificações conceituais e práticas, objetivando destituir as práticas que segregacionistas e promover a equidade de direitos para todos os

estudantes de forma igualitária e livre de discriminação e preconceito.

Novamente, Mantoan, (2005, p.24), contribui em sua perspectiva, discorrendo que:

A escola tem que ser o reflexo da vida do lado de fora. O grande ganho, para todos, é viver a experiência da diferença. Se os estudantes não passam por isso na infância, mais tarde terão muita dificuldade de vencer os preconceitos. A inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito, ocupem o seu espaço na sociedade. Se isso não ocorrer, essas pessoas serão sempre dependentes e terão uma vida cidadã pela metade.

Logo, a questão fundamental que permeia a educação inclusiva é o respeito à diversidade, onde o aluno especial além de incluído no sistema regular de ensino deve ter suas singulares respeitadas e valorizadas tanto no ambiente escolar quanto social.

Freire (2000, p. 67), afirma que “(...) se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Nesse sentido, a construção de sistemas educacionais inclusivos deve acontecer e abranger todos os níveis de ensino, fazendo-se cumprir a legislação em vigor e garantir aos alunos com necessidades especiais, o acesso e a permanência na escola de forma ampla, contextualizada e significativa, com a oferta de atendimento educacional especializado e de qualidade

Segundo Turski e Trevisol (2010), a escola deve ser um espaço aberto e acolhedor para todos, especificamente no sentido de uma escola inclusiva deve além de ensinar os conteúdos formais do currículo, orientar numa perspectiva educacional voltada para o reconhecimento e acolhimento da diversidade, auxiliando assim, na formação de cidadãos mais críticos, reflexivos e que promovem e vivenciam o respeito em todas dimensões. Para a real efetivação e sucesso da educação inclusiva, um dos agentes mais relevantes e importantes é o professor, uma vez que é ele o mediador das ações que podem auxiliar na promoção de uma educação mais diversificada, inclusiva e significativa para a realidade do aluno.

### **3.O PROFISSIONAL DA PEDAGOGIA E A IMPORTÂNCIA DO SEU PAPEL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

O processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais ainda se apresenta como sendo um grande desafio aos professores no contexto atual, uma vez que cabe a eles buscarem e desenvolverem novas propostas de ensino que visem não apenas incluir o aluno, mas estimular sua aprendizagem. Sendo assim, os professores necessitam atuar com um olhar diferente em sala de aula, passando a exercer o papel de agente facilitador do processo de ensino-aprendizagem como um todo.

Por ser uma prática relativamente recente, a educação inclusiva ainda é algo novo para muitos professores, pois grande maioria teve uma formação pautada nos métodos tradicionais de ensino, o que implica em uma dificuldade a mais para atuar de forma efetiva na promoção de uma educação inclusiva. Isso acontece porque muitas vezes, “o novo gera insegurança e instabilidade, exigindo reorganização e mudança. É comum sermos resistentes ao que nos desestabiliza. Sem dúvida, as ideias inclusivas causaram muita desestabilidade e resistência (MINETTO, 2008).

Na busca de superar as dificuldades que se apresentam no cotidiano escolar no tocante a educação inclusiva, cabe aos professores construir novas posturas e habilidades que o permitam compreender e intervir nas diferentes situações que acontecem envolvendo a questão da inclusão.

Além do mais é papel do professor estar constante processo de atuação, buscando novos conhecimentos que os auxiliem na construção de uma proposta educativa mais inclusiva, fazendo assim, com que haja mudanças significativas pautadas nas possibilidades e com uma visão positiva das pessoas com necessidades especiais.

Para a educação inclusiva seja uma realidade no âmbito escolar na atualidade e atinja a todos com equidade, são relevantes e necessárias mudanças nesse processo dentro do contexto escolar, onde as ações educativas sejam pensadas de maneira mais abrangente, visando estimular a construção de uma formação integral de todos os alunos dentro de suas possibilidades, habilidades e capacidades.

Percebe-se que o papel do professor no que tange à educação inclusiva vai além de simplesmente dar os conteúdos formais de sua disciplina: eles precisam

pensar na educação como um todo, de forma heterogênea visando um processo de ensino aprendizagem eficaz e satisfatório em todos os âmbitos.

Para Farfus, (2008, p. 30):

A articulação entre os educadores é urgente, pois existe a necessidade de uma redefinição do papel do professor e de sua forma de atuar, no pensamento sistêmico. É necessário pensar na aprendizagem como um processo cooperativo e de transformação que proporcione a formação de alunos inseridos no mundo, e não mais em apenas uma comunidade local. Finalmente pensar na educação em relação aos aspectos da ética, da estética e da política; a educação fundamentada em um ideal democrático.

Para que a proposta da educação inclusiva seja de fato efetivada em sala de aula, é necessário e urgente que os professores mudem sua visão sobre os alunos com necessidades especiais de aprendizagem, deixando de lado a ideia de que estes alunos tem a capacidade de aprendizagem limitada e focando sua visão nas diversas possibilidades de aprendizagem, passando a elaborar atividades variadas, que deem ênfase ao respeito às diferenças e às múltiplas inteligências existentes no contexto diversificado que é a sala de aula.

Comtemplando este contexto, Minetto, (2008, p. 101), ressalta:

O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo as coisas poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto “todos” os alunos estão se beneficiando das ações educativas.

Nesse sentido, concordando com a citação acima, os professores que buscam uma ação educativa verdadeiramente inclusiva, necessitam estar atentos as individualidades e diversidades de seus alunos, buscando meios de exercer seu papel de maneira justa, igualitária e solidária, pautado no respeito mútuo, objetivando eliminar todo e qualquer tipo de preconceito ou discriminação entre os alunos, contribuindo assim para formar cidadãos mais conscientes para a convivência com as diferenças existentes na sociedade atual.

Apesar da importância que tema educação inclusiva na atualidade, sua efetivação no contexto escolar ainda é um desafio para a educação, uma vez que na prática há pouco preparo dos profissionais para atuar nessa área, onde os mesmos não tem conhecimentos suficientes para desenvolver um trabalho de fato inclusivo.

A falta de formação adequada torna difícil o desenvolvimento de uma prática pedagógica sensível às necessidades individuais dos alunos que apresentam necessidades especiais de aprendizagem. Nesse sentido, o desafio atual posto para os cursos de formação de professores é o de produzir conhecimentos que possibilitem a compreensão de situações complexas de ensino, para que assim, os profissionais possam desempenhar de modo efetivo e satisfatório o seu papel de ensinar e aprender para a diversidade (GLAT, 2009).

No que refere à educação numa perspectiva inclusiva faz-se necessário que o professor disponha, na sua formação profissional, de uma gama extensa de conhecimentos teóricos e práticos para subsidiar suas ações educativas, fazendo com que estas sejam de fato significativas para o aluno e capazes de promover a inclusão em todas as suas vertentes.

Corroborando com isso, Valle e Guedes (2003, p. 52-53) apontam alguns pontos considerados importantes para formação de professores na direção da educação inclusiva:

partir da ideia de que “todos os alunos podem aprender”, valorizando as potencialidades de aprendizagem de cada um; reafirmar que a aprendizagem é um processo individual, ocorrendo de maneira ativa em cada pessoa, de tal maneira que é o aluno que controla o seu processo de aprendizagem, sempre partindo do que sabe e influenciado por sua história pessoal e social; desenvolver a autoestima como uma das condições de aprendizagem, uma vez que o sentimento de pertencer a um grupo social, sentindo-se útil e valorizado, possibilita o agir e o crescer com o outro; estimular a autonomia dos alunos mediante a construção de sua aprendizagem; avaliar permanentemente as aprendizagens; avaliar o progresso de cada aluno segundo seu ritmo, do ponto de vista da evolução de suas competências ao resolver problemas de toda ordem e na participação da vida social; desenvolver a cooperação entre os alunos e certas formas de ensino mútuo, pois toda pedagogia diferenciada exige cooperação ativa dos alunos e dos seus pais, diminuindo a discriminação entre eles; envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho, despertando o desejo de aprender e propondo tarefas cognitivas de maneira lúdica e interessante, a partir das quais deveria ser desenvolvido no educando a capacidade de autoavaliação; inserir-se no universo cultural dos alunos.

Nesse sentido, é de suma importância que o professor tenha uma formação que valorize a diversidade, tornando-o capaz de construir estratégias de ensino, assim como estar apto e preparado para adaptar atividades e conteúdos curriculares para a

prática educativa vigente de acordo com as necessidades que os alunos apresentarem no cotidiano escolar.

Segundo Mantoan (2006) um dos maiores desafios enfrentados na educação inclusiva, diz respeito ao déficit na formação profissional dos professores uma vez que a grande maioria, tem em suas práticas pedagógicas, aprendizagens voltadas apenas para o ensino básico. A grande maioria dos cursos superiores de formações de professores tem sua didática voltada para as práticas tradicionais de ensino, onde o professor se apresenta como o elemento principal do processo de ensino, e aluno como o receptor dos conhecimentos.

Por conta dessa formação defasada, muitos professores tem receio de receber alunos com necessidades especiais de aprendizagem, e quando o fazem acabam reproduzindo práticas comuns de ensino, que pouco agregam o processo de inclusão desses alunos. Sendo assim, é indispensável que o professor tenha uma formação adequada, voltada para a educação inclusiva, ou buscar atualizar-se para promover significativa e inclusiva.

A formação do professor é um elemento de grande importância, mas apenas ela sozinha não garante a qualidade e efetivação da educação inclusiva, é necessário também um esforço por parte do professor, uma mudança de visão e paradigma sobre os conceitos e concepções que ele tem do que é fazer educação.

O professor no contexto da educação inclusiva tem um papel de grande importância, ele deve ser o mediador entre o aluno e o conhecimento e promover situações pedagógicas de maneira equitativa, onde os alunos com necessidades educacionais especiais possam superar o senso comum e avançar em seu potencial social, afetivo, intelectual e principalmente humano, quebrando assim as barreiras que se impõem cotidianamente, seja na escola, na família ou na sociedade.

Segundo Glat e Nogueira (2002, p. 25) o professor necessita desenvolver a habilidade de “analisar, acompanhar e contribuir para o aprimoramento dos processos regulares de escolarização”, levando em consideração as diferenças existentes entre os alunos e atendendo às mesmas de maneira contextualizada e significativa, promovendo assim a inclusão.

O professor que trabalha na educação inclusiva, deve desenvolver e organizar práticas educativas que possibilitem aos alunos se ajudarem mutuamente na busca de soluções para as dificuldades encontradas no cotidiano escolar e social. Para tanto ele deve construir uma postura flexível em relação aos métodos de ensino aprendizagem utilizados e os tipos de avaliação, buscando incentivar a participação de todos os alunos dentro de suas possibilidades.

Além dos métodos de ensino e de avaliação, o professor também deve prezar em construir uma relação de confiança e afeto com seus alunos, evitando qualquer episódio de preconceito ou discriminação em sala de aula, e se por ventura isso acontecer utilizar como pano de fundo para estimular a reflexão entre os alunos. Nesse sentido, é primordial que o professor, no tocante a educação inclusiva, tenha a responsabilidade e o compromisso com o aluno, dando apoio para que ele se torne um cidadão efetivamente participativo na sociedade como um todo.

De acordo com Morales (2001) a construção da relação professor-aluno na sala de aula não é tão simples quanto parece, pelo contrário é complexa e abrange diferentes aspectos, ou seja, não pode, nem deve, ser reduzida a uma fria relação didática, é necessário construir uma relação de confiança, onde o aluno possa contar com uma figura amiga para discutir diferentes conteúdos de forma contextualizada.

Por ter um papel tão importante para a efetivação da educação inclusiva, o professor deve estar sempre aberto à mudanças, revisando seus conceitos, ideologias e valores, atuando assim, como um elemento facilitador no processo de conscientização da construção de sua cidadania e da capacidade crítica e reflexiva de todos os seus alunos de maneira igualitária dentro das condições de cada um. Os professores precisam ser “colocados em um contexto de aprendizagem e aprender a fazer fazendo: errando, acertando, tendo problemas a resolver, discutindo, construindo hipóteses, observando, revendo, argumentando, tomando decisões, pesquisando” (LEITE, 1999, p. 28).

O educador que atua na educação inclusiva, deve ainda ter a consciência sobre a importância e contribuições que sua atuação pode imprimir na formação do aluno. É importante a construção de práticas educativas inclusivas que considere a todos, dentro de suas potencialidades.

Mantoan, (2004, p.81), explica:

A inclusão escolar envolve, basicamente, uma mudança de atitude face ao Outro: que não é mais um, um indivíduo qualquer, com o qual topamos simplesmente na nossa existência e com o qual convivemos um certo tempo, maior ou menor, de nossas vidas. O Outro é alguém que é essencial para a nossa constituição como pessoa e dessa Alteridade é que subsistimos, e é dela que emana a Justiça, a garantia da vida compartilhada.

A experiência do professor de educação inclusiva é construída no decorrer do tempo, à medida que ele vai tendo contato com diferentes indivíduos e compreendendo suas especificidades, aperfeiçoando assim o seu fazer pedagógico.

O professor, em seu papel de mediador do conhecimento, deve promover um ensino igualitário e livre de desigualdade, uma vez que a inclusão se refere somente aos alunos com necessidades especiais de aprendizagem, mas sim a escola como um todo, já que nesse ambiente há uma enorme diversidade o papel do professor é formar cidadãos mais humanos, que respeitem as diferenças e diversidades em todo e qualquer contexto não só na escola, mas em todos os âmbitos sociais.

O professor que atua na educação inclusiva necessita acreditar na potencialidade de todos os seus alunos, independentemente de suas limitações, e criar métodos de ensino para que todos consigam aprender de maneira o mais igualitária possível. Para que isso torne-se, de fato, realidade, “é fundamental que o professor nutra uma elevada expectativa em relação à capacidade de progredir dos alunos e que não desista nunca de buscar meios para ajudá-los a vencer os obstáculos escolares.” (MANTOAN, 2006).

Logo, no processo de educação inclusiva, o professor é um dos elementos mais importantes para a efetivação dessa prática, pois é ele que pode oportunizar aos alunos a chance de vivenciar experiências inovadoras, diferenciadas e inclusivas, que além de trazer conhecimentos formais, contribuem para sua formação cidadã de maneira integral.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo apresenta uma reflexão geral sobre a importância do professor na efetivação da educação inclusiva na contemporaneidade. Além do mais delineou

questões relevantes que permeiam o contexto educativo na atualidade em relação a educação inclusiva.

No primeiro capítulo foram apresentados os pressupostos teóricos, práticos e legislativos que regem a educação inclusiva no Brasil, abordado suas diferentes perspectivas e concepções tanto na atualidade quanto ao longo de sua trajetória.

No capítulo dois foi apresentada a importância do papel do professor para a efetivação da educação inclusiva, destacando as contribuições da atuação para a formação integral de todos os alunos de forma igualitária. Além do mais foram abordadas questões relevantes acerca da importância da formação adequada para atuar na educação inclusiva, já que muitos professores tem dificuldade de atuar nessa área e acabam por reproduzir métodos e práticas educativas comuns. Nesse sentido, é primordial que o educador tenha uma formação mais atualizada, contextualizada o suficiente para que ele desenvolva uma didática voltada para práticas educativas inclusivas.

A partir das informações aqui apresentadas foi possível compreender a importância, necessidade e urgência de se desenvolver práticas educativas pautada na inclusão, uma vez que esse assunto é tão atual e necessário de ser discutido e vivenciado no cotidiano escolar. A escola por ser um dos espaços mais diversos, que abriga uma grande heterogeneidade de sujeitos diferentes, precisa buscar meios de garantir o acesso de permanência de todos os alunos de forma o mais igualitária possível.

Conclui-se assim, que a educação inclusiva é uma realidade possível de ser efetivada na prática no cotidiano escolar, porém ela não pode ser simplesmente implantada de qualquer jeito, é primordial que haja a disponibilidade de professores atuantes e comprometidos com o aprendizado, com uma formação adequada e condizente para atuar nesse contexto de inclusão. Verificou-se que ainda são diversos os desafios para a efetivação da inclusão nas escolas, mais que quando há empenho dos profissionais um importante passo já é dado na direção da inclusão de todos os alunos, independentemente de suas limitações.

Mesmo que as questões apontadas inicialmente neste estudo tenham sido contempladas, ainda há espaço para investigações futuras sobre esse tema. Para

tanto, abre-se espaços novas pesquisas que poderão contribuir para um melhor e mais profundo entendimento sobre a questão da educação inclusiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº9394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. Ed, Brasília, DF: Corde, 1997.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FARFUS, D. **Organização pedagógica dos espaços educativos**. Disciplina: Organização Pedagógica Espaços Educativos do curso de Pedagogia EaD da FACINTER. Curitiba, 2008.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. 2. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

GLAT, R. e NOGUEIRA, M. L. de L. **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil**. In: Revista Integração. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Especial, ano 14, n. 24, 2002.

KARAGIANIS, A.; STAINBACK, W.; STAINBACK, S. **Fundamentos do Ensino inclusivo**. In: STAINBACK, W.; STAINBACK, S. (Orgs.). Inclusão: Um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Educação especial na perspectiva de educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional**. Educar em Revista, Editora UFPR, Curitiba, Brasil, n.41, p.61-79, jul./set. 2011.

LEITE, S. C. Escola Rural: **urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

MANTOAN, M. T. E. **Caminhos pedagógicos da Educação Inclusiva**. In: GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob (Org.). Caminhos pedagógicos da educação especial. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Inclusão promove a justiça**. Entrevista Revista Nova Escola. Publicado em maio 2005. Título original: "Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças". In <http://revistaescola.abril.com.br> acesso em novembro, 2022.

\_\_\_\_\_. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

MORALES, P. V. A relação professor-aluno - o que é, como se faz. São Paulo. Editorial y distribuidora, 2001.

SASSAKI, R. K. **Integração e Inclusão: do que estamos falando?** Temas sobre Desenvolvimento, v. 7, n. 39, 1998.

TURSKI, Daiane R; TREVISOL, Maria Teresa Ceron, **Escola Inclusiva: lugar para todos**. REP- Revista Espaço pedagógico, Passo Fundo, v.17, n.1, p.40-53, jan/jun, 2010.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

VALE, M. H. F.; GUEDES, T. R. **Habilidades e competências do professor frente à inclusão**. In: NUNES SOBRINHO, F. de P. (Org.). Inclusão educacional: pesquisa e interfaces. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2003.